



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer nº 004/2025

**Administrativo. Licitações. Dispensa de licitação. Contratação direta. Inexigibilidade de Licitação.**

Cuida-se da análise jurídica da contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria na área de contabilidade pública para atender as necessidades da Câmara Municipal de Jataí, remetido a esta Procuradoria Jurídica Legislativa.

Constam nos autos:

- I. Solicitação da contratação por parte do Presidente da Câmara;
- II. Protocolo;
- III. Estimativa de custo elaborado pelo Departamento de Compras, com valor médio estimado de R\$ 249.932,94 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), com os documentos da respectiva pesquisa de preço que subsidiou a estimativa;
- IV. Proposta de preços da empresa EGOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, no valor de R\$ 234.451,76 (duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), acompanhada de:
  - a) Pesquisa de mercado elaborada pela empresa interessada demonstrando que a média de contratações similares nos municípios de Senador Canedo, Itumbiara, Catalão, Goianésia e Planaltina representam um média de 1,21% do respectivo duodécimo, e a sua proposta para a Câmara de Jataí representa o percentual de 0,80% do duodécimo de 2025;
  - b) Documentos pessoais dos sócios da empresa e seus respectivos currículos profissionais;
  - c) Décima segunda alteração contratual e comprovante de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
  - d) Comprovantes de regularidade fiscal da empresa: certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de débito estadual; certidão negativa de débitos do município sede da empresa, certificado de regularidade do FGTS – CRF; certidão positiva com efeitos negativos de débitos relativos a tributos federais e à dívida da União, certidão de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, certidão de habilitação de empresa.
  - e) Atestado de capacidade técnica fornecido pelo Poder Legislativo do Município de Palestina de Goiás, com data de 13/12/2019; Atestado de capacidade técnica fornecido pela Prefeita do Município de Novo Gama,



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

datado de 15/12/2020; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo Prefeito do Município de Rubiataba, datado de 15/12/2020; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo Legislativo do Município de Cavalcante, datado de 15/12/2020; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo Prefeito do Município de Jataí, data de 08/06/2022; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo prefeito do Município de Caldas Novas, datado de 25/05/2023; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo Prefeito Municipal de Jataí, datado de 17/05/2023; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo prefeito do Município de Caldas Novas, datado de 08/01/2024; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo prefeito do Município de Jataí, datado de 18/04/2024; Atestado de capacidade técnica fornecido pelo prefeito do Município de Caldas Novas, datado de 07/01/2025.

- V. Estudo Técnico Preliminar;
- VI. Certidão de existência de saldo orçamentário e reserva orçamentária;
- VII. Termo de Referência;
- VIII. Razão da escolha da empresa interessada e justificativa do preço;
- IX. Minuta do Contrato.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público, *ressalvados os casos especificados na legislação.*

Assim, conforme a ressalva constitucional, a regra da licitação para contratação pública, foi excepcionada pela Lei das Licitações, Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, permitindo-se a contratação direta sem a realização de licitação, nas hipóteses que especifica.

Estas hipóteses, previstas na nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta, podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 75 e 74, respectivamente.

A inexigibilidade de licitação ocorrerá nas seguintes hipóteses:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços*





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha." (grifei)

A contratação direta por inexigibilidade de licitação deve observar o procedimento previsto nos Arts. 72 e seguintes da Lei de Licitações, e importa ainda registrar as seguintes determinações da Lei 14.133/2021, que servem de norteamento para a contratação por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização:

Art. 74. ...

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Especificamente no caso em análise, a Lei 14.133/2021 define notória especialização como a qualidade de um profissional ou empresa que, com base em desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, infraestrutura, equipe técnica, entre outros critérios, demonstra que seu trabalho é essencial para a plena satisfação dos objetivos do contrato (art. 6º, inciso XIX).





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

Para justificar a inexigibilidade de licitação, é fundamental avaliar tanto as características do prestador quanto as do serviço requerido. Se o serviço for comum, rotineiro ou não exigir um nível elevado de especialização, a contratação direta por inexigibilidade não se justifica, pois isso violaria os princípios da economicidade, impessoalidade e isonomia. A inexigibilidade é mais apropriada quando o serviço requer uma técnica específica e habilidades exclusivas do prestador, o que torna inviável a comparação objetiva entre propostas.

Considero que a Contabilidade Pública exige uma expertise diferenciada, não sendo todos os contadores que dominam os conhecimentos que esse ramo do conhecimento contábil exige.

A Câmara enfrenta matérias orçamentárias como a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Julgamento das Contas do Poder Executivo, Emendas Impositivas, dentre outras situações que demandam a assessoria de expert em Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Governamental.

Além de comprovar a notória especialização com documentação adequada, é fundamental fornecer uma justificativa de preços sólida e bem estruturada, assim, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos. A jurisprudência do TCU sublinha que o valor estimado da contratação deve estar alinhado com os preços de mercado, levando em consideração fatores como preços públicos e peculiaridades locais.

Conforme demonstrado nos autos, o setor de compras da Câmara realizou pesquisa de mercado, consultando os preços e ofertas de benefícios de contrapartida e o preço praticado pela empresa EGOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME são compatíveis com os valores de mercado.

Outrossim, é legal e razoável o entendimento no sentido de ser impossível a realização de licitação para contratação de empresa especializada no ramo da contabilidade pública. E, neste caso, o contrato deve ser firmado através de contratação direta por inexigibilidade de licitação, em face do fato de que configurada se acha a inviabilidade de competição prescrita no *caput* do Art. 74, da Lei 14.133/2021.

Há impossibilidade fática, lógica ou jurídica de abrir um processo licitatório para contratação dos referidos serviços, pois o preço praticado por cada profissional é distinto daquele praticado por outros, não podendo e nem devendo se comparar o trabalho de um profissional ou empresa com vasto conhecimento do ramo de contabilidade pública com outros menos experientes.

Quanto ao Termo de Referência, pondero que nos itens 1.4 e 1.5 sugiro as seguintes alterações:



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

1.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis. Havendo prorrogação do contrato, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, na forma estabelecida na Lei 14.133/2021.

1.5. Em havendo necessidade devidamente comprovada, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do serviço contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Quanto à minuta do Contrato, oriento que na cláusula terceira, que trata dos preços, seja esclarecido que os preços são fixos e irrevogáveis, e a inclusão da previsão do reajuste pelo índice do INPC, conforme item 1.4 do Termo de Referência, no caso de prorrogação contratual.

Atendidas as observações supracitadas, tenho que o contrato está regular e apto a ser assinado pelo Presidente da Câmara e todos os atos praticados estão em conformidade com a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 07 de fevereiro de 2025.

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:607249191  
04

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2025.02.07 19:18:22 -03'00'

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora-Geral**